

Duas peças de ourivesaria pertencentes ao mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto

*Isabel Maria Ribeiro T. de PINHO **

Guardam-se nos Museus Nacionais belíssimas peças dos mais variados materiais e com as mais diversificadas funções. São assim compostos os acervos culturais e artísticos, despidos no entanto de qualquer significado, precisando sempre das preciosas indicações museológicas e arrancando cada vez mais, por parte de quem as observa, exclamações de admiração e espanto ou noutros casos atitudes de dúvida e mesmo, horror perante a finalidade de muitas delas. Os tempos vão transformando o nosso quotidiano e aqueles objectos, abandonados dentro de vitrines em muitos casos magnificamente acondicionados e etiquetados, envelhecem por falta do seu natural uso, mirram, mumificando consigo os tempos em que tomavam parte efectiva e integrante das vidas de homens e mulheres que os manuseavam de forma natural.

A ourivesaria, pelo contrário, beneficia com a passagem do tempo que lhe confere valor e uma patine própria que a enobrece, prestigiando quem a possui. No entanto, carece também do seu enquadramento para a compreensão perfeita da sua finalidade, embora o seu valor estético e monetário a tudo se sobreponha.

Em Portugal, os vendavais revolucionários dispersaram muitas e valiosas peças, algumas das quais orgulhosamente expostas em instituições estrangeiras, sem que nem sempre seja conveniente e legalmente explicada a sua proveniência. A maioria dos acervos oficiais nacionais teve origem na extinção das Ordens Religiosas que em 1834 “derrubou” os edifícios monacais, completando-se a obra, anos volvidos, pela República que no entanto não recuperaram para a Fazenda os tais proventos de que acusaram a Igreja de usufruir de forma ilegítima e lesiva para o Povo. Em muitos casos esse povo serviu-se à vontade, perante a inoperância e inépcia do Governo Central, em recolher o património que, reclamava no meio do caos que semeou. Aponta-se como exemplo o património do mosteiro de São João de Tarouca que devido ao deficientíssimo inventário foi todo roubado (segundo Leite de Vasconcelos).

Noutros casos, os interesses políticos e económicos interpunham-se e sobrepunham-se ao conveniente agasalho do património resultante do esvazi-

* Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras / Porto.

amento dos Mosteiros. A pressa, a ignorância e o desinteresse levaram à dispersão e ao esquecimento de muitos objectos hoje sem paternidade, como os muitos azulejos, embora inventariados, que jazem anónimos nos depósitos do respectivo museu.

As peças de ourivesaria que nos ocupam na presente comunicação são dois de entre os muitos exemplos que se podem apontar. Se uma escapou de figurar num “Metropolitan Museum” ou num “Albert Hall” ou mesmo no “Louvre”, onde faria a inveja dos outros, podendo ombrear perfeitamente com qualquer das peças do tesouro Schlimann, depositado em Moscovo, a outra, não tão imponente devido às dimensões mas igualmente rica, permaneceu felizmente escondida longe dos olhares cobiçosos de quem apenas avalia o material sem cuidar do intrínseco espiritual que a esta confere um carácter especial. Muito se teceu em torno de ambas, criaram-se histórias e levantaram-se especulações que se manterão. O nosso propósito, além de acrescentar mais dúvidas é também apontar algumas soluções.

Sorte vária de duas preciosas peças de ourivesaria antiga ¹

O bâculo das abadessas do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto e um pîxide de prata lavrada e dourada pertencente à mesma comunidade

A sangria, que se operava nas instituições monásticas desde os alvares do século XIX, culminou com o decreto da extinção, decependo de imediato os mosteiros masculinos. Os femininos foram mirrando, sobrevivendo do que os tempos de opulência lhes havia legado, como que adivinhando tempos de penúria. Ter-se-iam amparado as comunidades, não fora a obrigação de fechar os noviçados e “indemnizar” as jovens que preparavam a sua consagração a Deus e a que o novo Estado liberal se opunha. Consoante o número delas, assim o rendimento dos mosteiros ía constantemente minguando e com ele minguava inexoravelmente o sustento das que ali permaneceram até ao fim dos seus longos dias. Por detrás daqueles muros, a fome terá arrancado lágrimas silenciosas sem eco, não só pela espessura das paredes, mas e sobretudo pelo orgulho da linhagem que não verga.

A ourivesaria do mosteiro de São Bento de Avé Maria era com certeza importante e muita dela imponente. Não se resumia às duas peças em estudo, mas a muitas outras. Umas com idêntica finalidade, outras para diferentes funções, as ocasiões a que se destinavam ditavam a sua qualidade material e ornamental. Por isso, a lista organizada, aquando da venda em leilão de parte considerável daquela existência artística, continha objectos duplicados e mesmo triplicados. Naturalmente que alguns deles poderiam ser substitutos de outros gastos pelo uso, ou ofertas de doadores externos, mas sobretudo

¹ Este foi o título do artigo em que Magalhães Basto questionava o paradeiro de uma das peças de ourivesaria pertencentes ao extinto mosteiro de São Bento de Avé Maria, MAGALHÃES BASTO, Artur, in *Ourivesaria Portuguesa*, n.º12, 4.º trimestre, 1950, pp.279/287.

internos. Aquela é a razão por que o inventário do Ministério das Finanças inclui poucas destas peças e as que ali constam estavam maioritariamente ao serviço do culto, motivo que obstou à sua conveniente avaliação, ficando-se por um cálculo visual. Neste rol oficial não se incluem os objectos deste apontamento (tudo o que fosse passível de render algum dinheiro há já muito que partira do mosteiro), surgindo, no entanto, ao que tudo indica (pela descrição), na lista de hipoteca e venda atrás referida.

No entanto, de entre as várias alfaias e objectos de culto pertencentes ao extinto mosteiro foram eles os que mais chamaram a atenção de estudiosos e simples curiosos, talvez porque envoltas num certo romantismo, derivado do interesse que sobre elas recaiu por parte de António Bernardo Ferreira, o “Ferreirinha da Régua”.

Consideramos por isso oportuno desenvolver um pouco este tema que incluímos na nossa tese de Mestrado, recentemente apresentada ² As peças de ourivesaria de que nos ocuparemos nas próximas linhas, destinadas a diferentes funções, são dos mais bonitos objectos preciosos e ilustram, embora de forma anónima, a mestria dos nossos artífices e o génio dos riscadores que os criaram e se deixaram ficar humildemente na sombra. Muito se escreveu sobre a primeira das peças, em prosas quase sempre contraditórias acerca da sua datação, e muitos mitos se alicerçaram em seu redor, também, segundo nos parece, com pouco de verdade. Da segunda apenas se formularam perguntas que ficaram no ar durante décadas, sem qualquer resposta.

Hoje, nos tesouros nacionais, julgamos restarem raros espécimes representativos do poder espiritual de abades e bispos. Deles destacamos três, em que apenas um é referente a uma comunidade feminina. É ele o primeiro objecto deste nosso apontamento. Dos outros dois, um faz parte do Tesouro da Sé de Évora e foi propriedade do Cardeal Rei D. Henrique, 1º Arcebispo de Évora (1540/1578) é de prata dourada e de feitura gótica (1ª metade do século XVI ³). O outro, também do século XVI (já existia em 1536), descobri-mo-lo num desenho de Domingos António Sequeira ⁴, depositado no Gabinete de Desenhos do Museu Nacional de Arte Antiga, e reproduz a parte superior, a crossa, do báculo abacial do Mosteiro de Alcobaça. Este esboço é tudo o que dele resta.

Nuno Vassalo e Silva ⁵ encontra grandes semelhanças entre estas duas últimas peças; pensamos que não observou o báculo das abadessas beneditinas do Porto. Além do aspecto formal que aproxima muito mais os dois “bagos” monacais (um masculino e outro feminino), há ainda um aspecto muito importante que parece ter escapado totalmente, permanecendo oculto no sig-

² PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, 1518/1899, Uma Arquitectura no século XVIII*, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, 2 vols., FLUP, Porto, 2000.

³ MENDEIROS, José Filipe, *Guia do Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora*, Évora, 1985, p.45.

⁴ SILVA, Nuno Vassalo, *A Ourivesaria no Mosteiro e nos Coutos de Alcobaça*, in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR, s/l, s/d, p.147.

⁵ SILVA, Nuno Vassalo, *o. c.*, p. 156.

nificado espiritual, mas no significado material perfeitamente detectável: as volutas abaciais enrolam para dentro, porque a jurisdição do abade (e da abadesa) é relativa apenas ao seu rebanho ⁶. Este aspecto curioso é pertinentemente apontado como justificação para a supressão do cajado pastoral nas cerimónias fúnebres de abades, abadesas e bispos. Sobre ele fala por si o extracto que reproduzimos a seguir e que explica tal ausência: “... como este (o báculo) significa jurisdição e cuidado pastoral e tão bem a justiça feita com piedade e amor paternal, a justiça significada na aste a piedade e amor paternal na volta, que em cima tem e pela morte se lhe acabou o poder e jurisdição presetiva e corretiva que tinha sobre as suas subditas, por isso o não deve levar nem por em a ella.

E por esta mesma cauza o não levão os Bispos defuntos não ostante terem sido estes sobre os seus subditos Mayor jurisdição e poder que são as que respeita as chaves da Igreja e dependem de ordens como he o poder de Excomungar e ablsolver e que não podem Ter as Abbadeças pois estas só tem alem do poder civil, politico economico e domestico o poder e jurisdição presetiva e corretiva que não respeita as chaves da Igreja nem depende de Ordens.” ⁷

A apreciação presencial levou-nos a aproximá-lo do alcobacence e não do episcopal de Évora. Este tem muito mais leveza que os outros dois, maciços e esculpidos, embora nos três o nó se desenvolva igualmente em dois andares.

De resto, quando vislumbrámos o esboço de Domingos Sequeira assaltou-nos de imediato a sensação do “dêjà vue”.

Desconhece-se o nome da encomendante do cajado prelatício da comunidade beneditina do Porto. A documentação disponível é totalmente omissa neste ponto, como o é em muitos outros de inquestionável importância para a história do Mosteiro. No tocante a obra tão imponente, esperávamos encontrar qualquer pista. Na falta dela, a própria peça poderá eventualmente “falar”, embora o seu “discurso”, apenas estético, tenha levado às muitas opiniões contraditórias, dadas a público.

A primeira notícia da existência do báculo portuense surgiu no final da segunda década deste século. Dois periódicos lisboetas ⁸ davam então conta da aquisição da referida peça, por parte do Museu Nacional de Arte Antiga, num leilão na Palhavã (Lisboa). Ambos atribuíam o trabalho ao século XVI, mas enquanto “O Século” se ficava por uma sucinta notícia, relatando a ocorrência, o “Diário de Notícias” discorria um pouco mais e dava os nomes da pessoa que efectuara as diligências, impedindo a saída para museus estrangeiros, e da que subsidiara a empresa, mas sobretudo fazia a descrição do objecto que dizia ser de “vermeil” (prata dourada).

Pedro Vitorino ⁹, que transcreve a prosa do “Diário de Notícias”, embora a atribua a “O Século”, não rebate a opinião jornalística que localiza a peça no

⁶ ARAÚJO, José Rosa de, *Como viviam as Freiras de São Bento (século XVIII)*, in Aurora do Lima, nºs49/56, Viana do Castelo, 1942.

⁷ BN, *Códice* 8337, ff. 2/3.

⁸ *O Século*, 20 Junho, Lisboa, 1916, p.1; *Diário de Notícias*, 20 Junho, Lisboa, 1916, p.1.

⁹ VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria*, Notas de Arqueologia Portuense, CMP, Porto, 1937, pp.193/194.

século XVI e vai mais longe, atribuindo-lhe uma patrona, Guiomar de Ataíde. A nosso ver, está isto mais próximo do que julgamos ser correcto, como adiante exporemos.

Abel de Moura ¹⁰, nos anos 50 do século XX, propôs a centúria de 600 para a execução do artefacto de ourivesaria, apesar de incluir no seu artigo o texto dos periódicos que o antecederam (dando-o para o século XVI). Não sabemos baseado em quê! Para apoiar a sua teoria remeteu para uma autora da mesma centúria, uma Ataíde, Ana, abadessa entre 1623/26 e 1632/35. Magalhães Basto ¹¹, que transcreveu aquele autor pela mesma época, parece comungar de igual opinião.

Finalmente, idêntico parecer surgiu na pena de João Couto e de António Gonçalves que atribuem os mesmos tempos e encomendante ¹².

Confessamos não entender as razões de tal classificação, pelo que passaremos a apresentar as nossas que fundamentam a convicção que temos de que Pedro Vitorino esteve mais próximo da verdade; no nosso ponto de vista, a referida peça de ourivesaria é uma peça de transição (séculos XVI/XVII) e encomendada por Guiomar de Ataíde (tia da abadessa Ana de Ataíde).

Antes, porém e para sermos mais precisos, passaremos à exposição descritiva da peça, que poderá ser confrontada com as fotografias em anexo:

“ Medida total 2,35m.

O báculo compõe-se de uma vara de 2,12m, dividida em cinco anéis e superiormente pelo nó e pela voluta. Estes dois fragmentos do báculo são ricamente decorados com imaginária e pedras preciosas.

De estrutura arquitectural, compõem-se o nó de base hexagonal tendo em cada face duas ordens de edículos e entablamentos sobrepostos; sustentam o entablamento da divisão inferior do nó, seis cariátides.

O nó está dividido em dois corpos sobrepostos, cada um de seis faces e preenchem os edículos da divisão inferior; as figuras em vulto de São Paulo e São Pedro e ainda as dos quatro evangelistas São João, São Marcos, São Mateus e São Lucas.

Na divisão superior, de igual configuração, representam-se em cada um dos edículos os emblemas da Paixão; figuras de anjos sustentam a cruz, os pregos, a lança, a coluna, a escada e o martelo.

Da base pendem quatro tintinabulos e o fragmento que liga o nó à base é decorado com cabeças de anjos alados e cabeças de leões.

O fragmento que liga o nó à voluta em forma de balaustre é decorado com cariátides e cartelas nas quais estão aplicadas pedras preciosas (julgamos que são apenas vidros coloridos).

Na parte interna da voluta que encima o báculo está representada e esculpida em vulto, a anunciação, sendo essa voluta coroada no topo por uma albarrã sobre a qual poisa a pomba eucarística.

¹⁰ MOURA, Abel, *O Báculo do Mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto*, Museu, vol.VI, Janeiro/Junho, Porto,1950.

¹¹ MAGALHÃES-BASTO, Artur de, *Sorte vária de duas preciosas peças de Ourivesaria Antiga*, in *Ourivesaria Portuguesa*, nº12, Porto, 1950, pp.279/287.

¹² COUTO, João; GONÇALVES, António, *A Ourivesaria em Portugal*, Horizonte, Lisboa, s/d., p. 145.

Na curva inferior da voluta, junto à volta que se descreve contrariamente àquela, encontra-se numa cartela um brasão esquartelado, tendo no primeiro e terceiro quartel, as armas dos Athaydes e nos opostos as dos Aguiares.

A voluta é decorada, lateralmente, com cabeças de anjos e carrancas; aquelas dentro de cartelas, alternam com a incrustação de pedras verdes, vermelhas, roxas e azuis.”¹³

Se compararmos este báculo com o eborense, ressaltam de imediato as enormes diferenças, pois este último é muitíssimo gótico e as volutas, como dissemos, têm enrolamentos contrários, razão que também já expusemos, mas que não obsta ao presente raciocínio.

Tentámos refazer o traçado estrutural a partir do tratado denominado “*Commensuracion para la Escultura e Arquitectura*”¹⁴, dos finais do século XVII, para a execução de artefactos de ourivesaria destinados ao serviço litúrgico; as normas ali indicadas para o desenho parecem ter sido observadas no cajado beneditino. Apesar de tudo, o do Mosteiro de Alcobaça, que nos parece com muitas semelhanças ao do Porto, é coevo do de Évora, o que pode apontar para que todos sejam contemporâneos na centúria. Aquele conjunto normativo para ourives poderia ser uma cópia de algo mais antigo.

No entanto, se o nó parece pertencer ao século XVI pela estrutura, a voluta, pela contenção e linearidade do lavrado, pode apontar o início do século seguinte. Quanto às pedras, não esqueçamos que o cisterciense já as possuía, assim como a albarrã. De resto, as volutas são absolutamente idênticas.

A vara provavelmente é um elemento decisivo, porquanto o seu lavor se enquadra no trabalhado das colunas de sustentação da “*lâmpada que Simão Ferreira lavrou para a Capela da Universidade de Coimbra e que foi apresentada pelo ourives nos fins de Outubro de 1597*”¹⁵ e classificada como peça de transição entre 500 e 600¹⁶. Igualmente se perfilham entre si as peças que ligam essas colunas à cúpula central e o desenrolamento inferior do báculo de São Bento de Avé Maria.

Este conjunto de circunstâncias parece remeter o referido trabalho para algures entre os finais do século XVI e os alvares do XVII. Se lhe juntarmos o perfil da provável encomendante, Guiomar de Ataíde, então talvez não andemos longe da verdade.

Segunda e última governante perpétua, foi indigitada por Maria de Melo, a primeira abadessa nomeada, que a considerou sua filha espiritual. Curiosamente “mãe e filha” pareciam ter muito pouco em comum, já que da primeira abadessa se dizia ter sido austera na observância da Regra e dos costumes de pobreza e humildade, ao contrário do que constava da segunda (afrouxou os rigores da Regra).

Guiomar de Ataíde ocupou a cadeira abacial entre 1578/1612, falecendo de apoplexia nos finais de 1613, com 80 anos de idade. Até então, percorria

¹³ MOURA, Abel, *o .c.*, pp.10/11.

¹⁴ ARPHE Y VILLAFANE, Juan, *Commensuracion para la Escultura y Arquitectura*, Madrid, 1675, fl.31.

¹⁵ COUTO, João, GONÇALVES, António M, *o .c.*, p.139.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

sempre o Mosteiro apoiada em duas moças. Ana de Ataíde, a quem se atribui a fábrica do Báculo das Abadessas, e Branca da Silva sua irmã, também ela abadessa, eram suas sobrinhas, tal como Maria de Castro, que terá sido por ela indigitada para o cargo prelatício. Entretanto, o Concílio de Trento cortou com os abaciados vitalícios, não impedindo no entanto que as Ataídes continuassem a pontificar, agora por via eleitoral. Não esquecer que o Báculo ostentaria o brasão daquela família.

Para falarmos de Guiomar de Ataíde nada melhor que o relato da cronista do Mosteiro:

*“... dezião não virão Prelada com tais poderes e assim entrada no governo, comesou a moderar o rigor com que a Sancta Regra se guardava, com que o convento comesou a deixarse comonicar e ater mais pulitica...”, “... Senhora de grandes prendas e dotes de natureza e como tal, de todos muito amada e das subditas temida e respeitada ygualmente amada e obedesida.”*¹⁷

Segundo a mesma cronista, esta abadessa escrevia-se com o Papa e com o Rei e foi durante o seu governo que o Mosteiro se engrandeceu financeiramente e se remodelou de forma a proporcionar melhor comodidade. Foi nesta altura que se introduziu o hábito do Canto Chão. No entanto, se Guiomar de Ataíde se mostrava desenvolta para o tempo e cheia de iniciativas, perpassa nas entrelinhas da anterior transcrição um rigor férreo a roçar o tirânico, pois forrava as solas com pano para não ser ouvida nas suas deambulações pelo Mosteiro em busca de infractoras, que depois colocava prostradas nos locais onde eram surpreendidas, indiferentemente de ser dentro ou fora do edifício, durante horas ou mesmo “*dias ynteiros*”¹⁸.

No entanto, todo este raciocínio poderá cair por terra se alguma das permissas se demonstrar incorrecta.

Para evitar delongas, transcrevemos na íntegra um artigo que pode obrigar a uma total revisão a tudo o que até agora se escreveu:

“Tenho para mim que todos erraram, porque quiseram ver nas armas do báculo os símbolos heráldicos dos Ataídes e Aguiares.

E para começar direi que as armas, se fossem das abadessas D.Guiomar de Ataíde ou D.Ana de Ataíde, deveriam ler-se por Ataídes e Azevedos e não Ataídes e Aguiares. Aquelas são correctamente as que lhes pertenceriam por suas linhagens.

E drei mais que se assim fosse poderia o báculo Ter sido mandado fazer tanto po D.Ana de Ataíde (1624/25 e 1632), como por suas irmãs D.Branca da Silva (1620 e 1629) e D.Lourença da Silva (1663). Estas senhoras eram filhas de D.Francisco de Azevedo e Ataíde, Senhor da Honra de Barbosa (Penafiel) e de sua mulher D.Brites da Silva.

No entanto, a leitura das armas assim feita e que data pelo menos de 1916 não está certa.

Não estão lá as armas dos Ataídes que são muito diferentes, como geralmente sabido nem as dos Aguiares.

¹⁷ BN, Códice 8395, ff.16vº/17vº.

¹⁸ BN, Idem, *Ibidem*.

O que nele se vê são as armas de Ferreiras e Azevedos, que competiam à Abadessa D.Maria da Conceição e Azevedo (1683/85; 1689/91; 1700/1702).

Seria ela quem mandou fazer o báculo? Contra essa hipótese pode alegar-se que esta é peça de ourivesaria muito mais antiga, no seu estilo.

Efectivamente assim é. Mas todos nós sabemos como são desconcertantes, pelos seus arcaísmos os nossos artistas dos séculos passados.

E ainda se poderia admitir que o báculo fosse mandado renovar por D.Maria da Conceição e nessa altura postas as suas armas.

Será assim? Os peritos que o decidam.

D.Maria da Conceição e Azevedo, abadessa de São Bento da Avé Maria era filha de João Ferreira de Azevedo, tabelião de notas no Porto (serviu de 1608 a 1650) e de sua mulher Jacinta Pereira, filha bastarda do fidalgo Fernão Pereira de Miranda e de uma senhora da Casa do Souto de El-Rei, D.Joana Coutinho (Cristovão Alão de Moraes).¹⁹

De Heráldica não sabemos senão uns quantos rudimentos que não nos permitem semelhantes estudos, no entanto, concordamos plenamente com a possibilidade de o brasão ter sido aposto muito posteriormente. Os objectos litúrgicos e outros para uso do Mosteiro eram sempre pagos pelos bolsos das monjas, mas tal não parece poder ter sido feito por Conceição Azevedo, senhora embora de muita nobreza de sangue, que contudo, não chegaria, por si só, para custear a peça em questão (era filha de um simples tabelião de notas e de mãe ilegítima). No entanto, nada a impediria, a exemplo das suas antecessoras, de lhe apensar a sua marca pessoal, coisa que lhe não repugnaria nada.

Os arcaísmos dos artistas não nos parecem descontextuados, se pensarmos que trabalhavam ao gosto do encomendante, gostos esses que ultrapassavam os tempos. Estamos conscientes de que nem com Carbono 14 se deslindarão problemas destes!

A outra peça de ourivesaria, a Píxide, forma com a anterior o conjunto que ao longo dos tempos foi gerando controvérsia. De resto continuada por falta de elementos concludentes, sobretudo no que a esta diz respeito. Conta Magalhães Basto que este objecto de culto terá andado perdido ao longo de décadas, desconhecendo-se totalmente o seu paradeiro. Sobrevivera a recordação e a descrição um tanto elementar para a identificar, entre tantas outras orfãs, das respectivas instituições a que pertenceram. É de facto tão vaga a sua descrição, que facilmente se confundiu aquele autor com uma outra pertencente ao rei D.Fernando e que figurou na Exposição de 1892²⁰. A sua fabricação era atribuída ao século XVII e segundo João Couto “*a construção e a solidez da peça representada na fig.33 do Catálogo, e que é do séc. XVII, não se afastam das do báculo existente no nosso Museu*”²¹. Não a conhecemos. A Píxide, actualmente em Singeverga, está dada para o século XVIII e em nosso entender não se parece em nada com o báculo. Da sua descrição nos dispensamos, assim como da comparação entre ambas as peças; as imagens falam por si.

¹⁹ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *O Báculo de São Bento da Avé Maria*, Porto, 1966.

²⁰ Nesta data, a Píxide do Mosteiro ainda ali se encontraria, donde saiu em 1888.

²¹ MAGALHÃES BASTO, Artur, o. c. p.287.

A verdade relativa ao percurso da píxide pode ser outra e a referida peça ter-se-ia acolhido perto do Porto, num local que lhe seria espiritualmente bem familiar, o mosteiro de Singeverga. A justificação não nos parece no entanto tão clara.

A necessidade de reembolsar de imediato as jovens noviças levou a comunidade do Porto, assim como as outras, a trocar por metal sonante a existência do seu tesouro de ourivesaria, aquele que rápida e facilmente lhes ofereceria os proventos desejados. Assim, em finais de 1836 a prataria e algum ouro hipotecados na Caixa Filial do Banco de Lisboa (Banco de Portugal) desde 1835, passaram das mãos desta instituição de crédito para privados. Como de um acto oficial se tratava, a transacção do leilão ficou devidamente registada numa lista organizada para esse fim (já referida).

A remissão das “*pratas mais valiosas e julgadas dispensáveis*” não fora possível. Naquela lista, encontramos um báculo e uma taça cuja sucinta descrição se pode aplicar às peças em questão. No entanto, também se pode aplicar a outras do género que as havia concerteza no mosteiro. A correspondência entre o comprador, as peças da lista e a posterior doação das mesmas ao mosteiro está feita nas escrituras notariais.

Anos mais tarde (1840), António Bernardo cedia para usufruto do Mosteiro aquelas duas peças, também por escritura pública e condicional (enquanto o Mosteiro se mantivesse). Segundo as referidas escrituras, teria sido gravada em ambas as peças a legenda: “*Offerecido ao Mosteiro das Religiosas Benedictinas da cidade do Porto na conformidade da escriptura exarada por Manuel Carneiro Pinto, tabellião da mesma cidade, em 7 d’Outubro de 1840 e 25 de Outubro de 1844 por Antonio Bernardo Ferreira, fidalgo da Casa Real.*”²²

O curioso da questão está, que as referidas inscrições, atestando a identidade do mecenas, não existem em ambos os objectos.

O facto de Bernardo Ferreira ter desembolsado mais que a quantia de base (162\$400 réis e 73\$410 réis, respectivamente para 187\$000 e 153\$410) não constitui, a nosso ver, prova acrescida do seu valor, porque a fama de perdulário precedia-o: “*...Ferreirinha da Regoa lendário no norte, como typo do elegante dissipador...*”. A fortuna pertencia à mulher, sua prima, que posteriormente demonstrou ser grande gestora, restaurando o brilho e a fazenda da família, consumida pelas dívidas daquele que foi “*tão opulento como generoso, tão fidalgo pelas acções como humilde pelo nascimento*”. Na esteira de tais epítetos, nada mais natural que auxiliar um Mosteiro feminino, com grande importância e projecção na cidade do Porto, que abrigava estirpes da melhor cepa e lhe granjearia fama e prestígio, para além da gratidão eterna e as benções do céu.

Os objectos em questão terão voltado à posse da família “Ferreirinha” em 1888, “*quando o convento agonisava nas vascas do estertor da última religiosa, a viúva e herdeira (das dívidas) dáquelle benemerito fidalgo, a snr^a. D. Antónia Adelaide Ferreira assignou a folhas 94 da Nota 789 do tabellião Tiberio Pereira*

²² MIRANDA, Ana Paula, *o. c.*, p.304/305.

Mendes, a escriptura de restituição d'aquelles donativos."²³ Está realmente escrito, assinado e reconhecido, mas o que sucedeu depois?

Torna-se o assunto mais interessante quando a história toma outro rumo. Ao descobrirmos em Singeverga uma Píxide que corresponde em tudo à descrição (com excepção do peso²⁴) daquela que há muito era procurada, apresentámo-nos naturalmente a perguntar pela sua origem. A resposta foi natural, mas surpreendente: fora ali parar pelas mãos do sacristão de São Bento de Avé Maria (desconhecemos quem era, mas podemos especular²⁵) que a recebera da Abadessa (D. Maria da Glória Dias Guimarães), no sentido de a entregar aos beneditinos, quando estes retornassem a Portugal! Como sabia ela que voltariam? Recebera mensagem celeste ou simplesmente o destino assim ditou, no seguimento natural da evolução sequente aos regimes revolucionários, que tende a tudo re-arrumar? Assim sendo, o depositário da Píxide, homem de rigorosos princípios morais e religiosos, recambiou o objecto ao lugar mais apropriado, o mosteiro de Singeverga (inicialmente fundado e sediado em terrenos privados, onde a mão do Estado laico da República não conseguiu penetrar), à falta do seu lugar de direito (hoje estaria talvez no mosteiro de Santa Escolástica, em Roriz).

Permanecem no entanto as dúvidas. Os coevos do “desastre” que pôs fim ao mosteiro já não faziam parte deste mundo, quando em 1916 se fez publicidade à aquisição do báculo pelo então incipiente Museu Nacional de Arte Antiga. O destino das duas peças que à primeira vista parecia indissociável, apesar das diversas funções a que se destinavam, rompeu-se algures no seu percurso (1888). Pois se o báculo tem todas as probabilidades de ser o autêntico, não fora a ausência da inscrição, a Píxide sumiu-se praticamente logo, não deixando do seu rasto senão um abrupto vazio.

No leilão da Palhavã, em casa do conde de Azambuja, genro de Bernardo Ferreira, apareceu apenas a primeira das duas peças, provando que estivera sempre na família do Comendador. A segunda, a Píxide, era totalmente desconhecida na dita família, pelo menos na pessoa do Dr. José Lima seu representante e contemporâneo de Magalhães Basto, que a ele recorreu²⁶.

²³ Idem, *Ibidem*.

²⁴ O objecto em questão pesará menos de 1 kg. O peso apontado pelos investigadores não só não confere com este como também não confere entre si: para uns é 13 marcos para outros 13 onças. Deve haver erro de avaliação pois 1 marco vale 0,230 kg enquanto 1 onça vale 0,030 kg. A diferença oscila de 3 kg para 400 gr.

²⁵ Este sacristão, homem de total confiança, poderia ser o conde de Samodães, presidente da Irmandade de São Bento de Avé Maria e que tanto se bateu pelo Mosteiro e pela sua Igreja.

²⁶ MAGALHÃES BASTO, Artur, o . c., p.287